meututor

TEXTO ATUALIZADO · FONTE OFICIAL

# Lei 9.613/1998

Lei de Lavagem de Dinheiro

| 28 | Lei 15.358/20... | 38 de 168 |
| --- | --- | --- |
| artigos | última alteração registrada | editais citam esta lei |

Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, e dá outras providências

Compilação Monovigente na CD, obtida do normas.leg.br (Congresso Nacional, CC BY 4.0) em 20/11/2026. Texto informativo: não substitui a publicação no Diário Oficial da União.

# LEI Nº 9.613, DE 3 DE MARÇO DE 1998

Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, e dá outras providências

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

## CAPÍTULO I
## Dos Crimes de "Lavagem" ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores

**Art. 1º** Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal.

("Caput" do artigo com redação dada pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**I -** (Revogado pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**II -** (Revogado pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**III -** (Revogado pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**IV -** (Revogado pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**V -** (Revogado pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**VI -** (Revogado pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**VII -** (Revogado pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**VIII -** (Inciso acrescido pela Lei nº 10.467, de 11/6/2002, e revogado pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**Pena -** reclusão, de 3 (três) a 10 (dez) anos, e multa.

(Pena com redação dada pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**§ 1º** Incorre na mesma pena quem, para ocultar ou dissimular a utilização de bens, direitos ou valores provenientes de infração penal:

(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**I -** os converte em ativos lícitos;

**II -** os adquire, recebe, troca, negocia, dá ou recebe em garantia, guarda, tem em depósito, movimenta ou transfere;

**III -** importa ou exporta bens com valores não correspondentes aos verdadeiros.

**§ 2º** Incorre, ainda, na mesma pena quem:

(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**I -** utiliza, na atividade econômica ou financeira, bens, direitos ou valores provenientes de infração penal;

(Inciso com redação dada pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**II -** participa de grupo, associação ou escritório tendo conhecimento de que sua atividade principal ou secundária é dirigida à prática de crimes previstos nesta Lei.

**§ 3º** A tentativa é punida nos termos do parágrafo único do art. 14 do Código Penal.

**§ 4º** A pena será aumentada de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços) se os crimes definidos nesta Lei forem cometidos de forma reiterada, por intermédio de organização criminosa ou por meio da utilização de ativo virtual.

(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 14.478, de 21/12/2022, publicada no DOU de 22/12/2022, em vigor 180 dias após a publicação)

**§ 5º** A pena poderá ser reduzida de um a dois terços e ser cumprida em regime aberto ou semiaberto, facultando-se ao juiz deixar de aplicá-la ou substituí-la, a qualquer tempo, por pena restritiva de direitos, se o autor, coautor ou partícipe colaborar espontaneamente com as autoridades, prestando esclarecimentos que conduzam à apuração das infrações penais, à identificação dos autores, coautores e partícipes, ou à localização dos bens, direitos ou valores objeto do crime.

(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**§ 6º** Para a apuração do crime de que trata este artigo, admite-se a utilização da ação controlada e da infiltração de agentes.

(Parágrafo acrescido pela Lei nº 13.964, de 24/12/2019, publicada na Edição Extra do DOU de 24/12/2019, em vigor 30 dias após a publicação)

CAPÍTULO II
## Disposições Processuais Especiais

**Art. 2º** O processo e julgamento dos crimes previstos nesta Lei:

**I -** obedecem às disposições relativas ao procedimento comum dos crimes punidos com reclusão, da competência do juiz singular;

**II -** independem do processo e julgamento das infrações penais antecedentes, ainda que praticados em outro país, cabendo ao juiz competente para os crimes previstos nesta Lei a decisão sobre a unidade de processo e julgamento;

(Inciso com redação dada pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**III -** são da competência da Justiça Federal:

**a)** quando praticados contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira, ou em detrimento de bens, serviços ou interesses da União, ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas;

**b)** quando a infração penal antecedente for de competência da Justiça Federal.

(Alínea com redação dada pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**§ 1º** A denúncia será instruída com indícios suficientes da existência da infração penal antecedente, sendo puníveis os fatos previstos nesta Lei, ainda que desconhecido ou isento de pena o autor, ou extinta a punibilidade da infração penal antecedente.

(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**§ 2º** No processo por crime previsto nesta Lei, não se aplica o disposto no art. 366 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), devendo o acusado que não comparecer nem constituir advogado ser citado por edital, prosseguindo o feito até o julgamento, com a nomeação de defensor dativo.

(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**Art. 3º** (Revogado pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**Art. 4º** O juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação do delegado de polícia, ouvido o Ministério Público em 24 (vinte e quatro) horas, havendo indícios suficientes de infração penal, poderá decretar medidas assecuratórias de bens, direitos ou valores do investigado ou acusado, ou existentes em nome de interpostas pessoas, que sejam instrumento, produto ou proveito dos crimes previstos nesta Lei ou das infrações penais antecedentes.

("Caput" do artigo com redação dada pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**§ 1º** Proceder-se-á à alienação antecipada para preservação do valor dos bens sempre que estiverem sujeitos a qualquer grau de deterioração ou depreciação, ou quando houver dificuldade para sua manutenção.

(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**§ 2º** O juiz determinará a liberação total ou parcial dos bens, direitos e valores quando comprovada a licitude de sua origem, mantendo-se a constrição dos bens, direitos e valores necessários e suficientes à reparação dos danos e ao pagamento de prestações pecuniárias, multas e custas decorrentes da infração penal.

(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**§ 3º** Nenhum pedido de liberação será conhecido sem o comparecimento pessoal do acusado ou de interposta pessoa a que se refere o caput deste artigo, podendo o juiz determinar a prática de atos necessários à conservação de bens, direitos ou valores, sem prejuízo do disposto no § 1º.

(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**§ 4º** Poderão ser decretadas medidas assecuratórias sobre bens, direitos ou valores para reparação do dano decorrente da infração penal antecedente ou da prevista nesta Lei ou para pagamento de prestação pecuniária, multa e custas.

(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**Art. 4º-A** A alienação antecipada para preservação de valor de bens sob constrição será decretada pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou por solicitação da parte interessada, mediante petição autônoma, que será autuada em apartado e cujos autos terão tramitação em separado em relação ao processo principal.

("Caput" do artigo acrescido pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**§ 1º** O requerimento de alienação deverá conter a relação de todos os demais bens, com a descrição e a

especificação de cada um deles, e informações sobre quem os detém e local onde se encontram.

(Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**§ 2º** O juiz determinará a avaliação dos bens, nos autos apartados, e intimará o Ministério Público.

(Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**§ 3º** Feita a avaliação e dirimidas eventuais divergências sobre o respectivo laudo, o juiz, por sentença, homologará o valor atribuído aos bens e determinará sejam alienados em leilão ou pregão, preferencialmente eletrônico, por valor não inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da avaliação.

(Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**§ 4º** Realizado o leilão, a quantia apurada será depositada em conta judicial remunerada, adotando-se a seguinte disciplina:

(Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**I -** nos processos de competência da Justiça Federal:

(Inciso acrescido pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012, e com redação dada pela Lei nº 15.358, de 24/3/2026)

**a)** os depósitos serão efetuados na Caixa Econômica Federal ou em instituição financeira pública, mediante documento adequado para essa finalidade;

(Alínea acrescida pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**b)** os depósitos serão repassados pela Caixa Econômica Federal ou por outra instituição financeira pública para a Conta Única do Tesouro Nacional, independentemente de qualquer formalidade, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas; e

(Alínea acrescida pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**c)** os valores devolvidos pela Caixa Econômica Federal ou por instituição financeira pública serão debitados à Conta Única do Tesouro Nacional, em subconta de restituição;

(Alínea acrescida pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**II -** nos processos de competência da Justiça dos Estados e da Justiça do Distrito Federal:

(Inciso acrescido pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012, e com redação dada pela Lei nº 15.358, de 24/3/2026)

**a)** os depósitos serão efetuados em instituição financeira designada em lei, preferencialmente pública, de cada Estado ou, na sua ausência, em instituição financeira pública da União;

(Alínea acrescida pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**b)** os depósitos serão repassados para a conta única de cada Estado ou do Distrito Federal, na forma da respectiva legislação.

(Alínea acrescida pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012, e com redação dada pela Lei nº 15.358, de 24/3/2026)

**§ 5º** Mediante ordem da autoridade judicial, o valor do depósito, após o trânsito em julgado da sentença proferida na ação penal, será:

(Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**I -** em caso de sentença condenatória, nos processos de competência da Justiça Federal, incorporado definitivamente ao patrimônio da União, e, nos processos de competência da Justiça Estadual e da Justiça do Distrito Federal, incorporado ao patrimônio do respectivo ente federativo;

(Inciso acrescido pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012, e com redação dada pela Lei nº 15.358, de 24/3/2026)

**II -** em caso de sentença absolutória extintiva de punibilidade, colocado à disposição do réu pela instituição financeira, acrescido da remuneração da conta judicial.

(Inciso acrescido pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**§ 6º** A instituição financeira depositária manterá controle dos valores depositados ou devolvidos.

(Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**§ 7º** Serão deduzidos da quantia apurada no leilão todos os tributos e multas incidentes sobre o bem alienado, sem prejuízo de iniciativas que, no âmbito da competência de cada ente da Federação, venham a desonerar bens sob constrição judicial daqueles ônus.

(Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**§ 8º** Feito o depósito a que se refere o § 4º deste artigo, os autos da alienação serão apensados aos do processo principal.

(Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**§ 9º** Terão apenas efeito devolutivo os recursos interpostos contra as decisões proferidas no curso do procedimento previsto neste artigo.

(Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**§ 10.** Sobrevindo o trânsito em julgado de sentença penal condenatória, o juiz decretará, conforme o caso, em favor da União, do Estado ou do Distrito Federal:

(Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012, e com redação dada pela Lei nº 15.358, de 24/3/2026)

**I -** a perda dos valores depositados na conta remunerada e da fiança;

(Inciso acrescido pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**II -** a perda dos bens não alienados antecipadamente e daqueles aos quais não foi dada destinação prévia; e

(Inciso acrescido pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**III -** a perda dos bens não reclamados no prazo de 90 (noventa) dias após o trânsito em julgado da sentença condenatória, ressalvado o direito de lesado ou terceiro de boa-fé.

(Inciso acrescido pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**§ 11.** Os bens a que se referem os incisos II e III do § 10 deste artigo serão adjudicados ou levados a leilão, depositando-se o saldo na conta única do respectivo ente.

(Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**§ 12.** O juiz determinará ao registro público competente que emita documento de habilitação à circulação e utilização dos bens colocados sob o uso e custódia das entidades a que se refere o caput deste artigo.

(Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**§ 13.** Os recursos decorrentes da alienação antecipada de bens, direitos e valores oriundos do crime de tráfico ilícito de drogas e que tenham sido objeto de dissimulação e ocultação nos termos desta Lei permanecem submetidos à disciplina definida em lei específica.

(Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**Art. 4º-B** A ordem de prisão de pessoas ou as medidas assecuratórias de bens, direitos ou valores poderão ser suspensas pelo juiz, ouvido o Ministério Público, quando a sua execução imediata puder comprometer as investigações.

(Artigo acrescido pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**Art. 5º** Quando as circunstâncias o aconselharem, o juiz, ouvido o Ministério Público, nomeará pessoa física ou jurídica qualificada para a administração dos bens, direitos ou valores sujeitos a medidas assecuratórias, mediante termo de compromisso.

(Artigo com redação dada pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**Art. 6º** A pessoa responsável pela administração dos bens:

("Caput" do artigo com redação dada pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**I -** fará jus a uma remuneração, fixada pelo juiz, que será satisfeita com o produto dos bens objeto da administração;

**II -** prestará, por determinação judicial, informações periódicas da situação dos bens sob sua administração, bem como explicações e detalhamentos sobre investimentos e reinvestimentos realizados.

**Parágrafo único.** Os atos relativos à administração dos bens sujeitos a medidas assecuratórias serão levados ao conhecimento do Ministério Público, que requererá o que entender cabível.

(Parágrafo único com redação dada pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

## CAPÍTULO III
## Dos Efeitos da Condenação

**Art. 7º** São efeitos da condenação, além dos previstos no Código Penal:

**I -** a perda, em favor da União, e, nos casos de competência da Justiça Estadual ou da Justiça do Distrito Federal, em favor dos Estados ou do Distrito Federal, de todos os bens, direitos e valores relacionados, direta ou indiretamente, à prática dos crimes previstos nesta Lei, inclusive aqueles utilizados para prestar a fiança, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé;

(Inciso com redação dada pela Lei nº 15.358, de 24/3/2026)
(Vide ADPF nº 569/2019)

**II -** a interdição do exercício de cargo ou função pública de qualquer natureza e de diretor, de membro de conselho de administração ou de gerência das pessoas jurídicas referidas no art. 9º, pelo dobro do tempo da pena privativa de liberdade aplicada.

**§ 1º** A União, os Estados e o Distrito Federal, no âmbito de suas competências, regulamentarão a forma de destinação dos bens, direitos e valores cuja perda houver sido declarada, assegurada, quanto aos processos de competência da Justiça Federal, a sua utilização pelos órgãos federais encarregados da prevenção, do combate, da ação penal e do julgamento dos crimes previstos nesta Lei, e, quanto aos processos de

competência da Justiça Estadual e do Distrito Federal, a preferência dos órgãos locais com idêntica função.

(Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012, e com redação dada pela Lei nº 15.358, de 24/3/2026)
(Vide ADPF nº 569/2019)

**§ 2º** Os instrumentos do crime sem valor econômico cuja perda em favor da União, do Estado ou do Distrito Federal for decretada serão inutilizados ou doados a museu criminal ou a entidade pública, se houver interesse na sua conservação.

(Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012, e com redação dada pela Lei nº 15.358, de 24/3/2026)

CAPÍTULO IV

## Dos Bens, Direitos ou Valores Oriundos de Crimes Praticados no Estrangeiro

**Art. 8º** O juiz determinará, na hipótese de existência de tratado ou convenção internacional e por solicitação de autoridade estrangeira competente, medidas assecuratórias sobre bens, direitos ou valores oriundos de crimes descritos no art. 1º praticados no estrangeiro.

("Caput" do artigo com redação dada pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**§ 1º** Aplica-se o disposto neste artigo, independentemente de tratado ou convenção internacional, quando o governo do país da autoridade solicitante prometer reciprocidade ao Brasil.

**§ 2º** Na falta de tratado ou convenção, os bens, direitos ou valores privados sujeitos a medidas assecuratórias por solicitação de autoridade estrangeira competente ou os recursos provenientes da sua alienação serão repartidos entre o Estado requerente e o Brasil, na proporção de metade, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé.

(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

CAPÍTULO V

## Das Pessoas Sujeitas ao Mecanismo de Controle

(Denominação do capítulo com redação dada pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**Art. 9º** Sujeitam-se às obrigações referidas nos arts. 10 e 11 as pessoas físicas e jurídicas que tenham, em caráter permanente ou eventual, como atividade principal ou acessória, cumulativamente ou não:

("Caput" do artigo com redação dada pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**I -** a captação, intermediação e aplicação de recursos financeiros de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira;

**II -** a compra e venda de moeda estrangeira ou ouro como ativo financeiro ou instrumento cambial;

**III -** a custódia, emissão, distribuição, liqüidação, negociação, intermediação ou administração de títulos ou valores mobiliários.

**Parágrafo único.** Sujeitam-se às mesmas obrigações:

**I -** as bolsas de valores, as bolsas de mercadorias ou futuros e os sistemas de negociação do mercado de balcão organizado;

(Inciso com redação dada pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**II -** as seguradoras, as corretoras de seguros e as entidades de previdência complementar ou de capitalização;

**III -** as administradoras de cartões de credenciamento ou cartões de crédito, bem como as administradoras de consórcios para aquisição de bens ou serviços;

**IV -** as administradoras ou empresas que se utilizem de cartão ou qualquer outro meio eletrônico, magnético ou equivalente, que permita a transferência de fundos;

**V -** as empresas de arrendamento mercantil (leasing), as empresas de fomento comercial (factoring) e as Empresas Simples de Crédito (ESC);

(Inciso com redação dada pela Lei Complementar nº 167, de 24/4/2019)

**VI -** as sociedades que, mediante sorteio, método assemelhado, exploração de loterias, inclusive de apostas de quota fixa, ou outras sistemáticas de captação de apostas com pagamento de prêmios, realizem distribuição de dinheiro, de bens móveis, de bens imóveis e de outras mercadorias ou serviços, bem como concedam descontos na sua aquisição ou contratação;

(Inciso com redação dada pela Lei nº 14.183, de 14/7/2021)

**VII -** as filiais ou representações de entes estrangeiros que exerçam no Brasil qualquer das atividades listadas neste artigo, ainda que de forma eventual;

**VIII -** as demais entidades cujo funcionamento dependa de autorização de órgão regulador dos mercados financeiro, de câmbio, de capitais e de seguros;

**IX -** as pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, que operem no Brasil como agentes, dirigentes, procuradoras, comissionárias ou por qualquer forma representem interesses de ente estrangeiro que exerça qualquer das atividades referidas neste artigo;

**X -** as pessoas físicas ou jurídicas que exerçam atividades de promoção imobiliária ou compra e venda de imóveis;

(Inciso com redação dada pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**XI -** as pessoas físicas ou jurídicas que comercializem jóias, pedras e metais preciosos, objetos de arte e antiguidades;

**XII -** as pessoas físicas ou jurídicas que comercializem bens de luxo ou de alto valor, intermedeiem a sua comercialização ou exerçam atividades que envolvam grande volume de recursos em espécie;

(Inciso acrescido pela Lei nº 10.701, de 9/7/2003, e com nova redação dada pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**XIII -** as juntas comerciais e os registros públicos;

(Inciso acrescido pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**XIV -** as pessoas físicas ou jurídicas que prestem, mesmo que eventualmente, serviços de assessoria, consultoria, contadoria, auditoria, aconselhamento ou assistência, de qualquer natureza, em operações:

**a)** de compra e venda de imóveis, estabelecimentos comerciais ou industriais ou participações societárias de qualquer natureza;

**b)** de gestão de fundos, valores mobiliários ou outros ativos;

**c)** de abertura ou gestão de contas bancárias, de poupança, investimento ou de valores mobiliários;

**d)** de criação, exploração ou gestão de sociedades de qualquer natureza, fundações, fundos fiduciários ou estruturas análogas;

**e)** financeiras, societárias ou imobiliárias; e

**f)** de alienação ou aquisição de direitos sobre contratos relacionados a atividades desportivas ou artísticas profissionais;

(Inciso acrescido pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**XV -** pessoas físicas ou jurídicas que atuem na promoção, intermediação, comercialização, agenciamento ou negociação de direitos de transferência de atletas, artistas ou feiras, exposições ou eventos similares;

(Inciso acrescido pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**XVI -** as empresas de transporte e guarda de valores;

(Inciso acrescido pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**XVII -** as pessoas físicas ou jurídicas que comercializem bens de alto valor de origem rural ou animal ou intermedeiem a sua comercialização; e

(Inciso acrescido pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**XVIII -** as dependências no exterior das entidades mencionadas neste artigo, por meio de sua matriz no Brasil, relativamente a residentes no País.

(Inciso acrescido pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**XIX -** as prestadoras de serviços de ativos virtuais.

(Inciso acrescido pela Lei nº 14.478, de 21/12/2022, publicada no DOU de 22/12/2022, em vigor 180 dias após a publicação)

## CAPÍTULO VI
## Da Identificação dos Clientes e Manutenção de Registros

**Art. 10.** As pessoas referidas no art. 9º:

**I -** identificarão seus clientes e manterão cadastro atualizado, nos termos de instruções emanadas das autoridades competentes;

**II -** manterão registro de toda transação em moeda nacional ou estrangeira, títulos e valores mobiliários, títulos de crédito, metais, ativos virtuais, ou qualquer ativo passível de ser convertido em dinheiro, que ultrapassar limite fixado pela autoridade competente e nos termos de instruções por esta expedidas;

(Inciso com redação dada pela Lei nº 14.478, de 21/12/2022, publicada no DOU de 22/12/2022, em vigor 180 dias após a publicação)

**III -** deverão adotar políticas, procedimentos e controles internos, compatíveis com seu porte e volume de

operações, que lhes permitam atender ao disposto neste artigo e no art. 11, na forma disciplinada pelos órgãos competentes;

(Inciso acrescido pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**IV -** deverão cadastrar-se e manter seu cadastro atualizado no órgão regulador ou fiscalizador e, na falta deste, no Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), na forma e condições por eles estabelecidas;

(Inciso acrescido pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**V -** deverão atender às requisições formuladas pelo Coaf na periodicidade, forma e condições por ele estabelecidas, cabendo-lhe preservar, nos termos da lei, o sigilo das informações prestadas.

(Primitivo inciso III renumerado e com redação dada pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**§ 1º** Na hipótese de o cliente constituir-se em pessoa jurídica, a identificação referida no inciso I deste artigo deverá abranger as pessoas físicas autorizadas a representá-la, bem como seus proprietários.

**§ 2º** Os cadastros e registros referidos nos incisos I e II deste artigo deverão ser conservados durante o período mínimo de cinco anos a partir do encerramento da conta ou da conclusão da transação, prazo este que poderá ser ampliado pela autoridade competente.

**§ 3º** O registro referido no inciso II deste artigo será efetuado também quando a pessoa física ou jurídica, seus entes ligados, houver realizado, em um mesmo mês-calendário, operações com uma mesma pessoa, conglomerado ou grupo que, em seu conjunto, ultrapassem o limite fixado pela autoridade competente.

**Art. 10-A.** O Banco Central manterá registro centralizado formando o cadastro geral de correntistas e clientes de instituições financeiras, bem como de seus procuradores.

(Artigo acrescido pela Lei nº 10.701, de 9/7/2003)

## CAPÍTULO VII
## Da Comunicação de Operações Financeiras

**Art. 11.** As pessoas referidas no art. 9º:

**I -** dispensarão especial atenção às operações que, nos termos de instruções emanadas das autoridades competentes, possam constituir-se em sérios indícios dos crimes previstos nesta Lei, ou com eles relacionar-se;

**II -** deverão comunicar ao Coaf, abstendo-se de dar ciência de tal ato a qualquer pessoa, inclusive àquela à qual se refira a informação, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a proposta ou realização:

(Inciso com redação dada pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**a)** de todas as transações referidas no inciso II do art. 10, acompanhadas da identificação de que trata o inciso I do mencionado artigo; e

(Alínea com redação dada pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**b)** das operações referidas no inciso I;

(Alínea com redação dada pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**III -** deverão comunicar ao órgão regulador ou fiscalizador da sua atividade ou, na sua falta, ao Coaf, na periodicidade, forma e condições por eles estabelecidas, a não ocorrência de propostas, transações ou operações passíveis de serem comunicadas nos termos do inciso II.

(Inciso acrescido pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**§ 1º** As autoridades competentes, nas instruções referidas no inciso I deste artigo, elaborarão relação de operações que, por suas características, no que se refere às partes envolvidas, valores, forma de realização, instrumentos utilizados, ou pela falta de fundamento econômico ou legal, possam configurar a hipótese nele prevista.

**§ 2º** As comunicações de boa-fé, feitas na forma prevista neste artigo, não acarretarão responsabilidade civil ou administrativa.

**§ 3º** O Coaf disponibilizará as comunicações recebidas com base no inciso II do caput aos respectivos órgãos responsáveis pela regulação ou fiscalização das pessoas a que se refere o art. 9º.

(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**Art. 11-A.** As transferências internacionais e os saques em espécie deverão ser previamente comunicados à instituição financeira, nos termos, limites, prazos e condições fixados pelo Banco Central do Brasil.

(Artigo acrescido pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

CAPÍTULO VIII
## Da Responsabilidade Administrativa

**Art. 12.** Às pessoas referidas no art. 9º, bem como aos administradores das pessoas jurídicas, que deixem de cumprir as obrigações previstas nos arts. 10 e 11 serão aplicadas, cumulativamente ou não, pelas autoridades competentes, as seguintes sanções:

**I -** advertência;

**II -** multa pecuniária variável não superior:

(Inciso com redação dada pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**a)** ao dobro do valor da operação;

(Alínea acrescida pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**b)** ao dobro do lucro real obtido ou que presumivelmente seria obtido pela realização da operação; ou

(Alínea acrescida pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**c)** ao valor de R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais);

(Alínea acrescida pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**III -** inabilitação temporária, pelo prazo de até dez anos, para o exercício do cargo de administrador das pessoas jurídicas referidas no art. 9º;

**IV -** cassação ou suspensão da autorização para o exercício de atividade, operação ou funcionamento.

(Inciso com redação dada pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**§ 1º** A pena de advertência será aplicada por irregularidade no cumprimento das instruções referidas nos incisos I e II do art. 10.

**§ 2º** A multa será aplicada sempre que as pessoas referidas no art. 9º, por culpa ou dolo:

(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**I -** deixarem de sanar as irregularidades objeto de advertência, no prazo assinalado pela autoridade competente;

**II -** não cumprirem o disposto nos incisos I a IV do art. 10;

(Inciso com redação dada pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**III -** deixarem de atender, no prazo estabelecido, a requisição formulada nos termos do inciso V do art. 10;

(Inciso com redação dada pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**IV -** descumprirem a vedação ou deixarem de fazer a comunicação a que se refere o art. 11.

**§ 3º** A inabilitação temporária será aplicada quando forem verificadas infrações graves quanto ao cumprimento das obrigações constantes desta Lei ou quando ocorrer reincidência específica, devidamente caracterizada em transgressões anteriormente punidas com multa.

**§ 4º** A cassação da autorização será aplicada nos casos de reincidência específica de infrações anteriormente punidas com a pena prevista no inciso III do caput deste artigo.

**Art. 12-A.** Ato do Poder Executivo federal regulamentará a disciplina e o funcionamento do Cadastro Nacional de Pessoas Expostas Politicamente (CNPEP), disponibilizado pelo Portal da Transparência.

**§ 1º** Os órgãos e as entidades de quaisquer Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverão encaminhar ao gestor CNPEP, na forma e na periodicidade definidas no regulamento de que trata o caput deste artigo, informações atualizadas sobre seus integrantes ou ex-integrantes classificados como pessoas expostas politicamente (PEPs) na legislação e regulação vigentes.

**§ 2º** As pessoas referidas no art. 9º desta Lei incluirão consulta ao CNPEP entre seus procedimentos para cumprimento das obrigações previstas nos arts. 10 e 11 desta Lei, sem prejuízo de outras diligências exigidas na forma da legislação.

**§ 3º** O órgão gestor do CNPEP indicará em transparência ativa, pela internet, órgãos e entidades que deixem de cumprir a obrigação prevista no § 1º deste artigo.

(Artigo acrescido pela Lei nº 14.478, de 21/12/2022, publicada no DOU de 22/12/2022, em vigor 180 dias após a publicação)

**Art. 13.** (Revogado pela Medida Provisória nº 893, de 19/8/2019, convertida na Lei nº 13.974, de 7/1/2020)

CAPÍTULO IX
## Do Conselho de Controle de Atividades Financeiras

**Art. 14.** Fica criado, no âmbito do Ministério da Economia, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras -

Coaf, com a finalidade de disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas nesta Lei, sem prejuízo das competências de outros órgãos e entidades.

("Caput" do artigo com redação dada pela Medida Provisória nº 886, de 18/6/2019)

**§ 1º** As instruções referidas no art. 10 destinadas às pessoas mencionadas no art. 9º, para as quais não exista órgão próprio fiscalizador ou regulador, serão expedidas pelo COAF, competindo-lhe, para esses casos, a definição das pessoas abrangidas e a aplicação das sanções enumeradas no art. 12.

**§ 2º** O COAF deverá, ainda, coordenar e propor mecanismos de cooperação e de troca de informações que viabilizem ações rápidas e eficientes no combate à ocultação ou dissimulação de bens, direitos e valores.

**§ 3º** O COAF poderá requerer aos órgãos da Administração Pública as informações cadastrais bancárias e financeiras de pessoas envolvidas em atividades suspeitas.

(Parágrafo acrescido pela Lei nº 10.701, de 9/7/2003)

**Art. 15.** O COAF comunicará às autoridades competentes para a instauração dos procedimentos cabíveis, quando concluir pela existência de crimes previstos nesta Lei, de fundados indícios de sua prática, ou de qualquer outro ilícito.

**Art. 16.** (Revogado pela Medida Provisória nº 893, de 19/8/2019, convertida na Lei nº 13.974, de 7/1/2020)

**Art. 17.** (Revogado pela Medida Provisória nº 893, de 19/8/2019, convertida na Lei nº 13.974, de 7/1/2020)

## CAPÍTULO X
## Disposições Gerais

(Capítulo acrescido pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**Art. 17-A.** Aplicam-se, subsidiariamente, as disposições do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), no que não forem incompatíveis com esta Lei.

(Artigo acrescido pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**Art. 17-B.** A autoridade policial e o Ministério Público terão acesso, exclusivamente, aos dados cadastrais do investigado que informam qualificação pessoal, filiação e endereço, independentemente de autorização judicial, mantidos pela Justiça Eleitoral, pelas empresas telefônicas, pelas instituições financeiras, pelos provedores de internet e pelas administradoras de cartão de crédito.

(Artigo acrescido pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**Art. 17-C.** Os encaminhamentos das instituições financeiras e tributárias em resposta às ordens judiciais de quebra ou transferência de sigilo deverão ser, sempre que determinado, em meio informático, e apresentados em arquivos que possibilitem a migração de informações para os autos do processo sem redigitação.

(Artigo acrescido pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**Art. 17-D.** Em caso de indiciamento de servidor público, este será afastado, sem prejuízo de remuneração e demais direitos previstos em lei, até que o juiz competente autorize, em decisão fundamentada, o seu retorno.

(Artigo acrescido pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012, e declarado inconstitucional em controle concentrado pelo Supremo Tribunal Federal pela ADI nº 4.911/2013, publicada no DOU de 2/12/2020)

**Art. 17-E.** A Secretaria da Receita Federal do Brasil conservará os dados fiscais dos contribuintes pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, contado a partir do início do exercício seguinte ao da declaração de renda respectiva ou ao do pagamento do tributo.

(Artigo acrescido pela Lei nº 12.683, de 9/7/2012)

**Art. 18.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 3 de março de 1998; 177º da Independência e 110º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Iris Rezende
Luiz Felipe Lampreia
Pedro Malan

Texto conferido em 20/11/2026 na fonte oficial (normas.leg.br, CC BY 4.0). A versão mais recente, com busca por artigo, está em appmeututor.com/leis/lei-9613-1998.